

Sarney promete

Economia

26/3/87, QUINTA-FEIRA • 11

reforma de emergência

Aylê-Salassié

O presidente José Sarney prometeu ontem a 2.500 prefeitos, que praticamente invadiram o segundo andar do Palácio do Planalto para encontrar-se com ele, estudar, em trinta dias, uma reforma tributária de emergência para os municípios brasileiros, capaz de atender, pelo menos em parte, as quatorze reivindicações contidas num documento que lhe foi entregue pela direção da Frente Municipalista Nacional.

Sarney informou que uma das primeiras missões do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, empossado ontem, será constituir uma comissão paritária — prefeitos e governos — para estudar as propostas. Sarney afirmou que compreendia perfeitamente aquela manifestação, porque entendia que "nenhum dos presentes pensa individualmente", e que ele próprio se orgulhava de ser um político porque sabia que "o político é aquele que, dentro da sociedade, tem o dever de pensar coletivamente", e os prefeitos que ali estavam tinham seu pensamento voltado para as comunidades de origem.

O presidente disse que espera que a Assembléia Constituinte equacione de vez os problemas de rendas no Brasil, que "reconheço é distribuída de uma maneira injusta, levando a uma desorganização dentro da máquina do Estado".

Destacou o presidente que seu Governo está voltado para o desenvolvimento, razão porque "eu disse não ao monitoramento do Fundo Monetário". Efusivamente aplaudido pelos prefeitos, Sarney concluiu seu discurso declarando:

"Foi uma decisão corajosa, mas Deus tem me dado a oportunidade de, neste cargo, me oferecer alguns momentos em que a política é o sinônimo de ter coragem, coragem para defender o desenvolvimento brasileiro".

Quércia

A fala do presidente da República foi antecedida de um pronunciamento do governador de São Paulo, Orestes Quércia, introduzindo o presidente e justificando a manifestação dos prefeitos. Momentos antes, Quércia, participara também de uma reunião dos dirigentes da Frente com o presidente Sarney, quando eles lhe entregaram o documento reivindicatório.

Entre as reivindicações dos prefeitos estão: 1) distribuição de 20 por cento dos recursos do FND para os municípios; 2) — aumento de 17 para 25 por cento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; 3) — elevação para 70 por cento dos recursos do Imposto Único sobre Minerais para os municípios; 4) — criação de um fundo de compensação de perdas do ICM dos municípios; 5) crédito imediato para as prefeituras dos recursos fiscais; 6) — ampliação da lista dos serviços tributáveis pelo ISS; 7) revogação das isenções de tributos municipais concedidos por Lei Federal; 8) distribuição aos municípios de 20 por cento do IOF cobrado em seu território; e 9) isenção do IPI e do ICM para máquinas destinadas às prefeituras. As demais reivindicações referem-se a correção de retenções, consideradas ilegais pelos prefeitos, de verbas destinadas aos municípios, tipo PIN, Proterra, quota de previdência.

Aldori Silva



Dois mil e quinhentos prefeitos invadiram o Palácio do Planalto